



Informe nº. 003/CIVAJA/2007

Lideranças indígenas fazem mobilizações na sede do DSEI/ Javari

Cinquenta Indígenas da etnia Kanamarí, lideradas pelo Vice-Coordenador do Conselho Indígena do Vale do Javari - CIVAJA, Kurá Kanamarí, ocuparam a sede da Fundação Nacional de Saúde {FUNASA} em Atalaia do Norte - Amazonas.

A iniciativa do Povo Kanamarí, que tem o total apoio das demais etnias, Marúbo, Mayorúna, Matís e Kulína, tem como referência o descaso e a omissão das autoridades competentes, que ainda não tomaram quaisquer providências quanto ao repasse de recursos provenientes do programa PSFI (SAS) para a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, apesar das graves irregularidades gerenciais e administrativas. A situação ficou tensa com a demissão de alguns profissionais de saúde, que há anos vêm atuando nas aldeias do Vale do Javari, demitidos pelo Prefeito Municipal de Atalaia do Norte por motivos pessoais e políticos, demonstrando a falta de responsabilidade e interesse em encontrar soluções concretas para a situação de total descaso da saúde indígena na região.

Desde o início dos repasses de recursos da saúde indígena para a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, numa manobra política entre a Coordenação Regional da FUNASA e o Executivo Municipal local, Sr. Rosário Conte Galate Neto, sem uma prévia consulta as lideranças indígenas, os protestos vêm se intensificando nas aldeias, ocasionando a atual mobilização dos indígenas na sede do DSEI/Javari.

Em outubro de 2006, as lideranças indígenas do Vale do Javari e membros indígenas do Conselho Distrital de Saúde Indígena, entregaram documentos, em mãos, ao Procurador Federal do MPF/AM, André Lasmar, ao Coordenador Regional da FUNASA, Francisco Aires e ao Secretário Executivo da FUNASA, Danilo Fortes, denúncias consolidadas a respeito de graves irregularidades no gerenciamento dos recursos da Saúde Indígena na Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte. Porém, o que se viu, até então, são as costumeiras isenções de responsabilidades: *que um não é responsável por isso, que é competência daquele, que num pode fazer nada, etc...*

O certo é que se criou um impasse jurídico, em que, segundo as desculpas oficiais, não há meios legais de retirar tal recurso de um Prefeito que já demonstrou e vem demonstrando não ter nenhum compromisso, diante da atual situação da saúde nas aldeias.

O ridículo em tudo isso, é que apesar do claro indício de mau uso dos recursos públicos para a saúde indígena, tanto por parte da Prefeitura Municipal, quanto por parte da Própria FUNASA, as autoridades tendem a se apegar em procedimentos jurídicos caducos, enquanto centenas de índio morrem a espera da “boa vontade de ninguém”...

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) formalizado desde 2003, entre a FUNASA e o Ministério Público Federal, ainda permanece uma incógnita. O que seria um instrumento jurídico, que poderia proporcionar ao MPF meios mais eficazes e enérgicos de sua atuação para o Vale do Javari, tornou-se num mero documento de bastidores, que foi descumprido quase que integralmente pela FUNASA e mesmo assim, nada foi feito até então.

Diante dos descasos e omissões das autoridades competentes, as lideranças indígenas decidiram de comum acordo, a formação de uma comissão que participará de uma audiência na 6ª câmara do MPF em Brasília, enquanto que um grupo de indígenas ocuparia a sede do DSEI/Javari, por tempo indeterminado, até que haja providências concretas, conforme as reivindicações a seguir:



Conselho Indígena do Vale do Javari

1. Que o Ministério da saúde providencie, o mais breve possível, o encerramento do repasse dos recursos do Programa PSFI (SAS) para a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, assim como a execução da Tomada de Conta Especial, com a finalidade de averiguar o mau uso dos recursos da saúde indígena.
- 2.
3. Que o Ministério da Justiça, através das instâncias superiores do Ministério Público Federal nomeie um Procurador Federal para um acompanhamento “*in loco*” e específico para a situação do Vale do Javari, haja vista as consecutivas mudanças de procuradores, muitos dos quais sem nenhuma informação com relação à saúde nas aldeias da região.
- 4.
5. Providências imediatas e eficazes, no tocante ao inquérito sorológico em todo o vale do Javari, com um prazo máximo de 02 meses para o término, bem como o início em repassar os resultados e o tratamento de todos os pacientes, conforme procedimentos médicos.
- 6.
7. Designação de um interventor judicial, por parte das instâncias do MPF, no âmbito do DSEI/Javari, conforme a indicação referida, durante o período necessário para que o TAC seja devidamente cumprido. Conferindo-lhe todos os poderes e atribuições precisas para que o planejamento, organização e execução das ações idôneas a solucionar os problemas na prestação de saúde na região do vale do javari possam ser realmente implementados.
- 8.
9. Sistematização das ações de prevenção, tratamento e controle de malária em todo o Vale do Javari, haja vista que a situação nas aldeias já se tornou epidêmica, com a falta de providências eficazes, bem como de medicamentos em toda a região.
- 10.
11. Término imediato das construções, com a compra de equipamentos e adequações dos Pólos-Base, com a finalidade de implementar, com uma maior eficiência, as ações de vacinação e tratamento dos pacientes portadores de hepatite no Vale do Javari.
- 12.
13. Implementar, com a máxima brevidade possível, a capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde para o diagnóstico e tratamento dos pacientes infectados por hepatite, tuberculose, malária, dentre outras doenças prevalentes nas aldeias.
- 14.
15. Que a FUNASA, conjuntamente com o Ministério Público Federal, a Organização Indígena CIVAJA e CONDISI, instituem, de forma urgente, uma equipe permanente de acompanhamento dos atuais servidores contratados pelo PSFI, pois a maioria vêm sendo contratados sem nenhum perfil e compromisso com a atual situação de saúde nas aldeias, por meras indicações políticas e pessoais do Prefeito local, ocasionando a falta de técnicos capacitados na aldeias, além do não pagamento dos salários para alguns que ainda se encontram em campo. Bem como a averiguação das denúncias que já foram levadas ao conhecimento do MPF e da Polícia Federal, no que diz respeito às irregularidades com a saúde indígena, pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.
- 16.
17. Que o MPF, conjuntamente com a Polícia Federal, investiguem a fundo as possíveis irregularidades na compra de insumos de logística (gasolina, óleo lubrificantes e diesel) efetuadas pelo DSEI Javari/ CORE/AM.



Conselho Indígena do Vale do Javari

- 18.
19. A Coordenação do Conselho Indígena do Vale do Javari, reiterando mais uma vez o que já vem apresentando há anos, através dos meios de comunicação, bem como das denúncias junto ao MPF e PF; vem a público ressaltar “o genocídio silencioso” de dezenas de famílias indígenas do Vale do Javari, muitas vezes usado como instrumento de barganhas políticas e pessoais de políticos inescrupulosos, além da inoperância e total descaso dos dirigentes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).
- 20.
21. Atalaia do Norte-AM, 06 de abril de 2007.
- 22.
- 23.
24. A Coordenação do Conselho Indígena do Vale do Javari